



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA SOCIOLOGIA**

VANDRIELY RAFAELY GOMES

CAMPINA GRANDE-PB

2022

VANDRIELY RAFAELY GOMES

ENTRE A LEI E A CIDADE REAL: uma análise da ZEIS Alto Branco (Campina Grande-PB)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

CAMPINA GRANDE-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633e Gomes, Vandriely Rafealy.
Entre a lei e a cidade [manuscrito] : uma análise das ZEIS
Alto Branco (Campina Grande-PB) / Vandriely Rafealy
Gomes. - 2022.
28 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho
, COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."

1. Cidade. 2. Comunidade. 3. Zonas Especiais de
Interesse Social - ZEIS. I. Título

21. ed. CDD 363.5

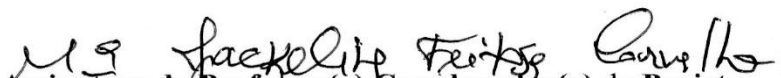
VANDRIELY RAFAELY GOMES

ENTRE A LEI E A CIDADE REAL: uma análise da ZEIS Alto Branco (Campina Grande-PB)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Sociologia.


Aprovada em: 06/04/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Jackeline Feitosa Carvalho (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Waltimar Batista Rodrigues Lula

Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)



Prof^a. Dr^a. Caline Mendes de Araújo

Observatório das Metrôpoles (Núcleo Paraíba)

“Você nunca sabe a força que tem. Até que a sua única alternativa é ser forte”

(Johnny Depp)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO.....	8
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ZONAS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS).....	10
4. BAIRRO ALTO BRANCO: CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO, DO BAIRRO E DO ENTORNO.....	12
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
5.1 AS MUDANÇAS E PROBLEMAS ENFRENTADOS NA ZEIS ALTO BRANCO.....	20
6. CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE A - ROTEIRO.....	25
AGRADECIMENTOS.....	28

ENTRE A LEI E A CIDADE REAL: uma análise das ZEIS Alto Branco (Campina Grande-PB)

Autora Vandriely Rafaely Gomes

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo descrever os principais problemas enfrentados pela ZEIS Alto Branco, destacada como habitação precária e conseqüentemente vulnerável e que acaba diferenciando-se das outras áreas da cidade. Torna-se claro que os problemas da pesquisa se colocam pelas seguintes indagações: Qual o grau de conhecimento da comunidade em relação aos instrumentos legais como o Plano Diretor Participativo (Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006) e a regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS (Lei nº 4.806 de 23 de dezembro de 2009). A comunidade tem conhecimento sobre esses instrumentos? Em termos da Metodologia fizemos uso de abordagem qualitativa, partindo de uma leitura teórica e das entrevistas realizadas online que nos possibilitaram entender o impacto que acompanha a transformação socioespacial das áreas ZEIS, em especial a ZEIS Alto Branco.

Palavras-chave: Cidade. Comunidade. Zonas de Interesse Social-ZEIS.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the main problems faced by ZEIS high white, highlighted as precarious housing e consequently vulnerable and that up differentiating itself from other areas of the city. It becomes clear the problems from the research, the following questions arise: What is the community's level of knowledge in relation to legal instruments such as the participatory master plan (complementary law number 003, october 9, 2006) and the regularization of Special Areas of Social Interest- ZEIS(Law number 4.806 od december 23, 2009). Does the community know about these instruments? In terms of methodology, we used a qualitative approach starting from a theoretical reading and online listening which enabled us to understand the impact that accompanies the socio-spatial transformation of the ZEIS areas, especially the ZEIS high white.

Keywords: City. Community. Zone Interest Social-ZEIS

1. INTRODUÇÃO

A urbanização no Brasil teve início no século XX com a deslocação das pessoas do campo para a cidade, entre outros motivos, essas pessoas iam à busca de melhorias para suas vidas. Foi com o processo de industrialização dos centros urbanos que a urbanização se intensificou e expandiu-se por todo o país. A urbanização no Brasil, comparando com os outros países, aconteceu tardiamente e rápida, com esse crescimento urbano houve o aumento da pobreza urbana, ou seja, a escassez com relação a serviços essenciais como saneamento básico, saúde, educação, moradia, entre outros. A ausência de políticas públicas no crescimento

das cidades causa várias consequências como a fome e o crescimento dos índices de violência na cidade. Estas consequências apresentam vários problemas sociais, a exemplo o da moradia. Esta população que chegou à cidade, encontrou inesperadamente uma realidade totalmente diferente da que imaginava, pois sem moradia a solução para este problema é ocupar espaços vazios; estes sem finalidade social e à espera da especulação imobiliária. Mesmo diante dos problemas urbanos que essa população enfrenta, ela segue lutando através dos movimentos e reivindicações por uma cidade digna, por uma cidade sem desigualdades sociais.

O processo de valorização imobiliária e a segregação urbana são alguns dos tipos de ameaças que os moradores das ZEIS podem sofrer. A disputa por terra e o interesse em produzir o espaço urbano são uns dos motivos que estimula a especulação imobiliária, visto que, Campina Grande-PB cresceu e este crescimento trouxe consigo vários problemas sociais, dentre eles, o da moradia. Para que esses problemas sociais sejam sanados, o Estado se torna um agente de suma importância quando nos referimos às desigualdades sociais e em especial o problema social relacionado à moradia. O mesmo é responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas, portanto quando ocorre a ausência do mesmo os pobres acabam “colocando a mão na massa” e realizam serviços que neste caso é dever do Estado.

O Município de Campina Grande, apresenta o segundo maior PIB do Estado¹, como também o segundo maior número de habitantes, possuindo cerca de 413 830 habitantes segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021. Reúne dezenove municípios em sua região metropolitana, sendo um atrativo em diversas instâncias. Na década de 80 o número de favelas aumentou significativamente na cidade, agravando ainda mais a falta de políticas públicas destinadas para estes moradores. E que, segundo Carvalho (2017, p. 282) Sob essas condições, Campina passou da existência de apenas 03 grandes áreas pobres em 1980 – Jeremias, Pedregal e, a então, Cachoeira – para 38 favelas e 739 cortiços”.

Assim este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surge com a intenção de contribuir para os estudos sobre o urbano e sobre as Zonas de Interesse Social (ZEIS) em Campina Grande- PB. Em um primeiro momento, buscaremos entender o processo de transformações ocorridas na ZEIS Alto Branco, escolhemos esta comunidade pois a mesma se situa em uma área próxima ao centro da cidade e dificilmente ouvimos falar da mesma já que é localizada em um bairro de classe média². Além disso, este trabalho é o primeiro desenvolvido na área pois existe uma lacuna em relação aos estudos sobre esta área. Este tema é de suma importância para que possamos avançar com estudos sobre estas áreas e com isso dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos pobres que na maioria das vezes passam despercebidos em nossa sociedade.

Especificamente objetivamos descrever os principais problemas enfrentados pela ZEIS Alto Branco, já que é destacada como habitação precária e consequentemente vulnerável e que acaba diferenciando-se das outras áreas da

¹ Campina Grande- PB possui o PIB de R \$9 510037,93 mil

² Segundo Araújo apud Lima (2018), tendo como fonte os dados da SEPLAN-CG (2010), o bairro do Alto Branco está entre que possui a renda por pessoa acima ou igual a R\$ 800.

cidade. Esta pesquisa pretende resgatar a historicidade da ZEIS Alto Branco, como também pontuar as falas dos moradores em relação aos problemas e ameaças sofridas por esta comunidade. Torna-se claro que os problemas da pesquisa se colocam pelas seguintes indagações: Qual o grau de conhecimento da comunidade em relação aos instrumentos legais como o Plano Diretor Participativo (Lei Complementar Nº 003, de 09 de outubro de 2006 e a regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS (Lei nº 4.806 de 23 de dezembro de 2009). A comunidade tem conhecimento sobre esses instrumentos?

O processo de valorização imobiliária e a segregação urbana são alguns dos tipos de ameaças que os moradores das ZEIS podem sofrer. O que vai estimular a especulação imobiliária, é a disputa por terra e o interesse em produzir, além destes existem outros fatos que contribuíram para o acirramento das desigualdades socioespaciais de se apropriar do espaço urbano, ocasionando vários problemas sociais, dentre eles, o da moradia. Quando se trata da solução para estes problemas, o Estado é responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas, mas quando ocorre a ausência deste agente, os pobres acabam “colocando a mão na massa” e realizam serviços, por exemplo, a realização de obras de infraestrutura e que neste caso é dever do Estado.

De tal modo o TCC surge a partir da nossa participação no Projeto de Extensão³ realizado pela Universidade Estadual da Paraíba, no qual visamos a participação da comunidade nas áreas ZEIS em Campina Grande. A partir dessa participação, verificamos que há um déficit no componente da participação em relação aos movimentos que podem favorecer cada comunidade, pode contribuir também na realização de incidência via o planejamento e a gestão urbana em Campina Grande. Quando ocorre, essa participação da comunidade é relevante, pois a mesma trará contribuições para o desenvolvimento urbano através das mobilizações e organizações populares. Os frutos dessa participação, na maioria das vezes, são serviços públicos como escolas, obras de infraestrutura, saneamento básico, etc. No ano de 2005 foi lançada uma Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo no qual prevê a elaboração dos mesmos para todas cidades com mais de 20 mil habitantes. No Plano Diretor Participativo os cidadãos podem falar sobre suas opiniões e assim influenciarem no rumo que a cidade tomará. A participação da comunidade nestes processos é vista como um controle social que visa fortalecer os direitos e deveres de todos e todas que vivem na cidade. Assim, procuraremos entender como esse processo de participação ocorre na ZEIS Alto Branco, e conseqüentemente, quais os problemas e os limites enfrentados por tal comunidade. Já que a participação da comunidade é um dos instrumentos essenciais para que haja a realização e implementação do instrumento da ZEIS, em conformidade com o que coloca a lei. Sendo que é através da mesma que há uma fiscalização sobre o governo para que o mesmo cumpra as leis, em especial a Lei regulamentação das ZEIS (Lei nº 4.806 de 23 de setembro de 2009).

³ CONSTRUINDO CIDADE(S), FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO: planejamento, e processos comunitários de implantação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em Campina Grande-PB; Coordenação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho; Objetivos: Promover a participação de 19 Comunidades no processo decisório de planejamento e implantação das ZEIS em Campina Grande, Trabalhar junto às Organizações de Bairros, através da UCES no sentido de estimular a participação das SAB's na implementação das ZEIS localmente, Contribuir para qualificar a participação das lideranças comunitárias populares na para intervirem na discussão e proposição no Fórum ZEIS.

Em termos da Metodologia, fizemos uso de uma abordagem qualitativa, partindo de pesquisa bibliográfica do tema da pesquisa e logo após fizemos o uso de registros fotográficos, através da discussão sobre o impacto que acompanha a transformação socioespacial das áreas ZEIS, em especial a ZEIS Alto Branco. Este trabalho caracteriza-se como pioneiro nesta temática. Cabe ressaltar que não conseguimos ir a campo por causa da Pandemia da covid-19. Realizamos o total de oito(8) entrevistas semi estruturadas via Whatsapp, no período de julho a agosto de 2021.

2. PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO

No século XX, o Brasil passou por muitas transformações urbanas decorrentes das migrações advindas do campo para a cidade e de outros fatores, esse processo de migração ocasionou a expansão urbana. A migração proporcionou a formação de favelas, pois não houve um planejamento social e estrutural para a chegada dessas pessoas que provinham do campo. A formação dessas favelas se constituiu principalmente nas margens da cidade, o que acaba originando a segregação urbana. Não existe apenas um tipo de área pobre nas cidades, as mesmas são constituídas por diversas áreas pobres e cada uma delas possui sua diversidade. A partir da década de 1950 o crescimento da população brasileira aumentou significativamente, mas foi na década de 1980 que os moradores rurais intensificaram o processo em que deixaram o campo e migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Com a industrialização a todo vapor nos centros urbanos, os moradores rurais não pensaram nos possíveis problemas que talvez chegassem a enfrentar. A década de 1980 e 1990 foi o marco da urbanização no Brasil

Chama-se atenção para as décadas de 1980 e 1990 porque se considera esse momento como um marco da urbanização do país, com um forte crescimento demográfico em paralelo a uma séria recessão econômica.”(ARAÚJO, 2019, p. 32).

Desse processo resultaram vários problemas e consequências que se mantém até os dias atuais, como a pobreza, falta de moradia adequada, desigualdade social imensa, entre outros. O meio urbano cresceu com um planejamento que não abordou na sua perspectiva os pobres urbanos, tornando-se um planejamento seletivo e excludente, o que ocasionou diversos problemas espaciais e sociais, pois a população que estava chegando a cidade era de baixa renda e não encontrou habitações acessíveis. Assim, a solução foi ocupar os terrenos públicos, o que ocasionou a periferização. Segundo Maia (2014, p. 94)

A periferização é fenômeno presente no crescimento urbano brasileiro, tanto na construção de habitações realizada pelo Estado, quanto na autoconstrução em loteamentos irregulares ou na produção de favelas.

Este processo de periferização trouxe a necessidade da autoconstrução de habitações irregulares por parte dos pobres urbanos. Assim, com a necessidade de desenvolver o país e incluir o Nordeste nesse procedimento, o poder público realizou vários investimentos destinados à industrialização. Desse modo, houve a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocasionando o aumento dos investimentos na região com a criação de grandes indústrias e empresas, que fizeram com que as cidades crescessem rapidamente tornando-se cidades de média e grande porte. Da mesma maneira aconteceu com

Campina Grande.

Foi a partir da SUDENE que Campina Grande recebeu verbas para a criação de várias indústrias no âmbito nacional como também internacional. Todo esse processo ocorreu por volta da década de 1980 e fez com que pessoas das cidades circunvizinhas e da zona rural migraram para Campina Grande no intuito de conseguir emprego e conseqüentemente melhorar as condições de vida. Nos anos de 1980, Campina passava por uma crise econômica, que trouxe várias conseqüências para a cidade, como ressalta Carvalho (2017, p. 58) “Exemplos disso foram a acelerada ocupação do tecido urbano e o que ocorreria no Distrito Industrial da cidade, com o seu quase fechamento por duas décadas.” Esta crise econômica ocorreu em toda a América Latina e ficou conhecida como a década perdida⁴. Estas pessoas que migraram para o centro urbano, em todo o país, sofreram com as desigualdades, falta de uma habitação adequada, exclusão e entre outros problemas que os mesmos tiveram/tem que enfrentar para conseguirem sobreviver na cidade. Diante desses problemas a população de baixa renda se ver obrigada a habitar os arredores da cidade, como ressalta Kowarick:

A população pobre é forçada a habitar áreas distantes do centro das cidades por não terem condições de adquirir um imóvel regularmente, ou seja, são expulsos pela classe dominante e o dinheiro que conseguem no fim do mês é utilizado em grande parte na autoconstrução de suas moradias em terrenos irregulares, para essa população “a favelização é um expediente necessário para sobreviver na cidade. (1993, p. 94)

Mesmo diante do processo de expulsão dos pobres urbanos dos centros da cidade, ainda existem ocupações nos centros da cidade, por exemplo, a invasão do Alto Branco como é conhecida pelos moradores da área. A urbanização possui a capacidade de modificar os aspectos socioambientais como também o social. Diante do número de pessoas que migraram para a cidade, houve a ocupação de diversos espaços urbanos, entre eles a ocupação do Alto Branco. Foi nas décadas de 1930 e 1940 que a malha urbana de Campina Grande começou a se expandir, como conseqüência da reforma urbanística realizada pelo prefeito Vergniaud Wanderley. Os pobres urbanos que habitavam o centro da cidade foram expulsos para os bairros que se localizavam aos arredores da área central e que segundo Araújo (2019, p. 47) “eles passaram a viver em ocupações ilegais e chegaram a se instalar em bairros mais distantes do centro.” A ocupação da ZEIS Alto Branco iniciou-se por volta de 1960, onde o seu crescimento foi intensificado, afirma Costa 2013 apud Araújo, 2019, p. 131

Com o passar do tempo, a direção de crescimento (apropriação dos espaços) desses grupos na cidade era nos seguintes sentidos: Bairro da Prata e adjacências (até 1960), Bairro do Alto Branco e entorno (a partir de 1960) e Bairro do Catolé e circunvizinhança (após 1980).

Nos dias atuais o espraiamento urbano se dá, na maioria das vezes, através das construções de habitações sociais em áreas distantes do centro da cidade para a população de baixa renda. Fazendo com que os moradores sejam

⁴ “É uma designação para o período financeiro de crise na América Latina e no Leste Europeu durante a década de 1980 (e que em alguns países continuaram até a década seguinte). Em geral, as crises consistem em dívidas externas impagáveis, grandes déficits fiscais e volatilidade inflacionária e cambial, que na maioria dos países da região eram fixos. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_perdida#:~:text=A%20d%C3%A9cada%20perdida%20\(em%20espanhol,continuaram%20at%C3%A9%20a%20d%C3%A9cada%20seguinte\).](https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_perdida#:~:text=A%20d%C3%A9cada%20perdida%20(em%20espanhol,continuaram%20at%C3%A9%20a%20d%C3%A9cada%20seguinte).) Acesso em: 21 fev. 2022.

excluídos das políticas públicas, já que muitas vezes o planejamento dessas construções não leva em consideração o dia a dia dessa população e nem requisitos para que essas pessoas se sintam incluídas na cidade, como o lazer, saúde, escola, transporte, a moradia e entre outros. Deve-se levar em consideração que a moradia adequada é essencial, mas que existem outros serviços para que estas pessoas possam ter direito à cidade da forma mais justa possível.

O conceito de Direito à cidade foi desenvolvido pelo marxista Henri Lefebvre. Para Lefebvre, a luta de classes possui a capacidade de mexer na estrutura da produção do espaço, ela irá possuir a habilidade de produzir distinções externas ao crescimento econômico. Para ele, o direito à cidade não pode ser visto como um direito individual, mas sim como um direito coletivo, com o acesso à cidade de forma que garanta a reprodução das oportunidades de reprodução de vida e das questões sociais da cidade. Lefebvre também vai ressaltar o valor de uso e o valor de troca existentes na cidade, que na disputa entre esses dois valores o que se sobressai é o valor de troca.

O valor de uso será a capacidade de satisfazer as necessidades humanas e o valor de troca é a cidade como mercadorias, a cidade como um espaço de consumo. Os moradores de ocupações irregulares não têm como usufruir da cidade mercadoria, muitas vezes os mesmos não têm nem comida, como vão pagar para poder ter um lazer digno? O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma acelerada e desigual, provocado pelo crescimento econômico.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ZONAS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

No Brasil, os pobres só tiveram acesso à cidade por meio das ocupações irregulares mais conhecidas como favelas e que possuem a predominância da carência. Dados históricos apontam que a formação dessas ocupações irregulares, que hoje são chamadas de favelas, se deu no final do século XIX, logo após a guerra de canudos. As ZEIS podem ser reconhecidas como um instrumento urbanístico-regulatório, no qual os assentamentos precários ou áreas que vão ser destinadas para a construção de moradias populares.

A mesma é uma zona diferente de todas as outras presentes na cidade, pois possui como principal objetivo proteger os direitos das pessoas que ocuparam tal área, garantindo-lhes o direito de “estar, permanecer e acessar” nas cidades. Este instrumento está previsto na Lei 10.257/2001 que é referente ao Estatuto da Cidade. Mesmo prevista em leis e em Planos Diretores, as ZEIS funcionam por incompleto, não conseguindo haver uma ligação entre os planejamentos, a gestão e a regularização e a consequência disto são urbanizações sendo realizadas por incompletas e que segundo Moraes e Azevedo

Dos instrumentos formulados no contexto de retomada das propostas pela Reforma Urbana nos anos 1980 no Brasil, a ZEIS, foi o que teve maior alcance institucional, com variações nas denominações e também nos tipos de assentamentos de interesse social, abrangendo além das favelas, cortiços, loteamentos irregulares e, também, áreas destinadas à construção de novos empreendimentos habitacionais de interesse social. (2017, p. 4)

Com as crises econômicas os moradores que se encontram mais vulneráveis na cidade acabam ficando ainda mais expostos diante dessa situação, esses pobres tiveram/têm acessos à cidade através das ocupações irregulares e

assim conseguirem participar da vida urbana. Como analisado por Moraes e Azevedo (2017), ZEIS são instrumentos urbanísticos que irão definir as áreas da cidade que serão utilizadas para a construção de casas populares. Segundo a lei local 4.806/2009 em Campina Grande-PB existem 19 áreas ZEIS⁵ há dois tipos de ZEIS. As ZEIS 1 são definidas como áreas públicas ou particulares onde há a presença de assentamentos precários (AP) de população de baixa renda na Macrozona Urbana, onde o Poder Público pode promover a regularização fundiária e urbanística. Já a ZEIS 2 são aquelas áreas onde o solo não é edificado ou não possui nenhuma utilidade que também estão localizadas na Macrozona Urbana, elas são destinadas para a implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda.

A primeira lei a tratar das ZEIS em Campina Grande foi a de número 3.236 de 08 de janeiro de 1996, referente ao Plano Diretor da Cidade abordando as orientações para o Plano Urbanístico. Foram reconhecidas 19 áreas ZEIS em Campina, no ano de 2009, através da Lei Municipal de nº 4.806, no qual estão distribuídas por toda a malha urbana da cidade. Nesta mesma lei, as ZEIS tem por objetivo garantir a função social da cidade e da propriedade, traz também as impossibilidades que impede as áreas se tornarem uma ZEIS, ou seja, quando são áreas de risco, campos de pousos aeroviários federais, estaduais e municipais, linhas de transmissão de energia elétrica, nas faixas de ferrovias e estradas. O Plano Diretor de Campina Grande foi elaborado no ano de 1975 pelo prefeito Evaldo Cruz que diz respeito à Lei nº 176 de 30 de outubro de 1975, este plano teve como objetivo colocar em ordem o desenvolvimento da cidade, seja no seu estado físico, econômico ou administrativo. O mesmo só foi instituído no ano de 1996, pela Lei nº 3.236. Segundo Souza,

O Plano Diretor de Campina Grande é, portanto, uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade, permitindo a identificação e análise das características físicas, as atividades predominantes e as capacidades da cidade, os problemas e suas potencialidades. É um conjunto de regras básicas que determinam o que pode e o que não pode ser feito em cada parte da cidade. Ele coloca a possibilidade de se discutir a política pública, analisando e avaliando a Cidade. (SOUZA, 2012, p. 25)

A última revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande ocorreu no ano de 2006 através da Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006. As revisões dos Planos Diretores devem ocorrer a cada 10 anos. O Plano Diretor de Campina Grande está em processo de revisão e está em atraso. Sobre a regularização urbanística é previsto que haja a elaboração de um plano urbanístico

⁵ Fonte: Projeto de Extensão CONSTRUINDO CIDADE(S), FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO: planejamento, e processos comunitários de implantação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em Campina Grande- PB). As 19 áreas ZEIS presentes no município de Campina Grande são: ZEIS Califon/Estação Velha; ZEIS Catingueira/Riacho do Bodocongó/Bairro das Cidades; ZEIS Invasão da Macaíba/Novo Horizonte; ZEIS Invasão de Santa Cruz; ZEIS Invasão do Alto Branco; ZEIS Invasão do Pelourinho; ZEIS Invasão do Verdejante; ZEIS Invasão do Brotos; ZEIS Três Irmãs; ZEIS Vila de Santa Cruz; ZEIS Novo Cruzeiro; ZEIS Catolé de Zé Ferreira; ZEIS Jardim Europa; ZEIS Invasão Ramadilha II; ZEIS Pedregal; ZEIS Jeremias; ZEIS Nossa Senhora Aparecida; ZEIS Invasão Comunidade Beira Rio no Dinamérica III; e ZEIS Invasão Jardim Tavares. Nesta pesquisa, estudamos a ZEIS tipo 1, neste caso, a ZEIS Alto Branco.

para cada ZEIS, mas até hoje nenhum plano foi elaborado. Esta Lei ainda abarca a Concessão do Direito Real de Uso⁶, uma gestão participativa das Comissões de Urbanização e Legalização (COMUL) e o Fórum ZEIS. A COMUL é um instrumento que possibilita a participação da comunidade em relação aos projetos de urbanização efetuados pelo Poder Executivo do Município e com isso participando junto com o Poder Público para decidir as demandas que a área ZEIS realmente necessita.

4. BAIRRO ALTO BRANCO: CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO, DO BAIRRO E DO ENTORNO.

O bairro Alto Branco está localizado na Zona Norte de Campina Grande, nas proximidades da área central de Campina Grande-PB, estabelece-se como um bairro nobre e que desde o ano de 1960 vem sendo valorizado pelo setor imobiliário. Para Araújo (2019, p. 47), o censo de 1940 afirma que os bairros nobres como o Alto Branco já faziam parte de Campina Grande à época. A maioria dos moradores desta área possuem uma renda média ou alta, mas também podemos encontrar, nesta mesma área, a presença de pobres urbanos que neste caso são os moradores de ocupações.

Historicamente, Segundo Lefebvre as cidades passam por um processo de mercantilização, ou seja, a terra urbana é vista como uma mercadoria e possuidora de um valor de uso e um valor de troca, e neste caso Campina Grande não é divergente das demais. Segundo Lefebvre (2008) “A subordinação do espaço ao dinheiro e ao capital acarreta uma quantificação que se estende da avaliação monetária e da comercialização de cada lote, ao espaço inteiro”. (LEFEBVRE 2008, p. 153 apud ARAÚJO, 2019, p.117) Uma breve descrição sobre os conceitos utilizados por Marx, o valor de uso é sobre a utilidade que aquele objeto vai possuir e o valor de troca diz respeito a equivalência que as mercadorias podem ser trocadas. O valor de uso quando não é valorizado faz com que os moradores de baixa renda não consigam ter acesso à cidade de forma justa. Pois:

Se na prática o valor de uso fosse valorizado, o acesso à terra urbana poderia se dar por qualquer cidadão individual ou coletivamente e não somente por pessoas com alto poder aquisitivo. Por outro lado, o valor de troca que tem se sobrepujado, se caracteriza pela propriedade privada da terra, relacionada à mercantilização do espaço, a partir da qual somente quem tem um alto poder aquisitivo é capaz de acessar essa terra. (ARAÚJO, 2019, p. 118)

Ao relacionar a moradia com a mercantilização da terra urbana, sabemos que os indivíduos precisam de uma habitação adequada para que possam viver e reproduzir a cidade. Mas o mercado imobiliário visa tornar a terra urbana uma mercadoria assim tornando-se uma mercadoria inacessível para grande maioria da população brasileira. As ocupações e as políticas de habitações são os meios dos quais a população está recorrendo para que possam ter acesso à cidade, já que com

⁶ A Concessão de direito real de uso (CDRU) pode ser conceituada como um direito real tipificado pela legislação nacional, instrumentalizado por meio de um contrato; trata-se de um direito real resolúvel sobre coisa alheia, a qual pode ser bem público ou privado, onde o bem é destinado à utilização privativa, devendo sua utilização se enquadrar nas hipóteses específicas estabelecidas pela legislação. Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/16/edicao-1/concessao-de-direito-real-de-uso>.

Acesso em: 21 mar. 2021

preços estabelecidos pelo mercado imobiliário, “muitos trabalhadores constroem sua própria resposta ao ocuparem os terrenos e prédios deixados vazios pela especulação imobiliária” (BOULOS, 2012 apud BARBOSA, 2020, p. 51). As comunidades ZEIS que se localizam nas áreas centrais da cidade possuem uma valorização imobiliária bem maior quando comparadas com as demais áreas da cidade e por possuírem esta localização pois possuem acesso à alguns equipamentos urbanos, mas ainda existe o problema do esquecimento por parte do Estado para com essas comunidades:

Quando se fala em Alto Branco é um bairro nobre, né? [...], mas é uma parte que necessita de que pessoas venham ver mais a gente, porque somos pessoas esquecidas, por ser um bairro nobre, tem vereador que mora dentro do Alto Branco que quando é no tempo de política sabe vim pedir a gente, mas em si quando ganha esquece do povoado, né? (Feminino, 30 anos)

Com esta especulação imobiliária, a ZEIS como também o próprio bairro passa a sofrer coação sob sua permanência na área, pois pode-se notar construções de obras em todo o bairro. Na ZEIS Alto Branco, por localizar-se em um bairro de classe média, acaba sendo esquecida pelo poder público. Segundo Costa (2013), a especulação imobiliária é referente “[...] à instalação de novos equipamentos urbanos, como a construção de um supermercado da Rede Carrefour, e Atacadão” (COSTA, 2013, p. 107). O Atacadão é um dos investimentos privados instalados no bairro que acabou trazendo consigo uma maior valorização para o bairro, o mesmo é localizado vizinho a ZEIS Alto Branco, na rua Manoel Tavares.

Foto 1: Supermercado Atacadão

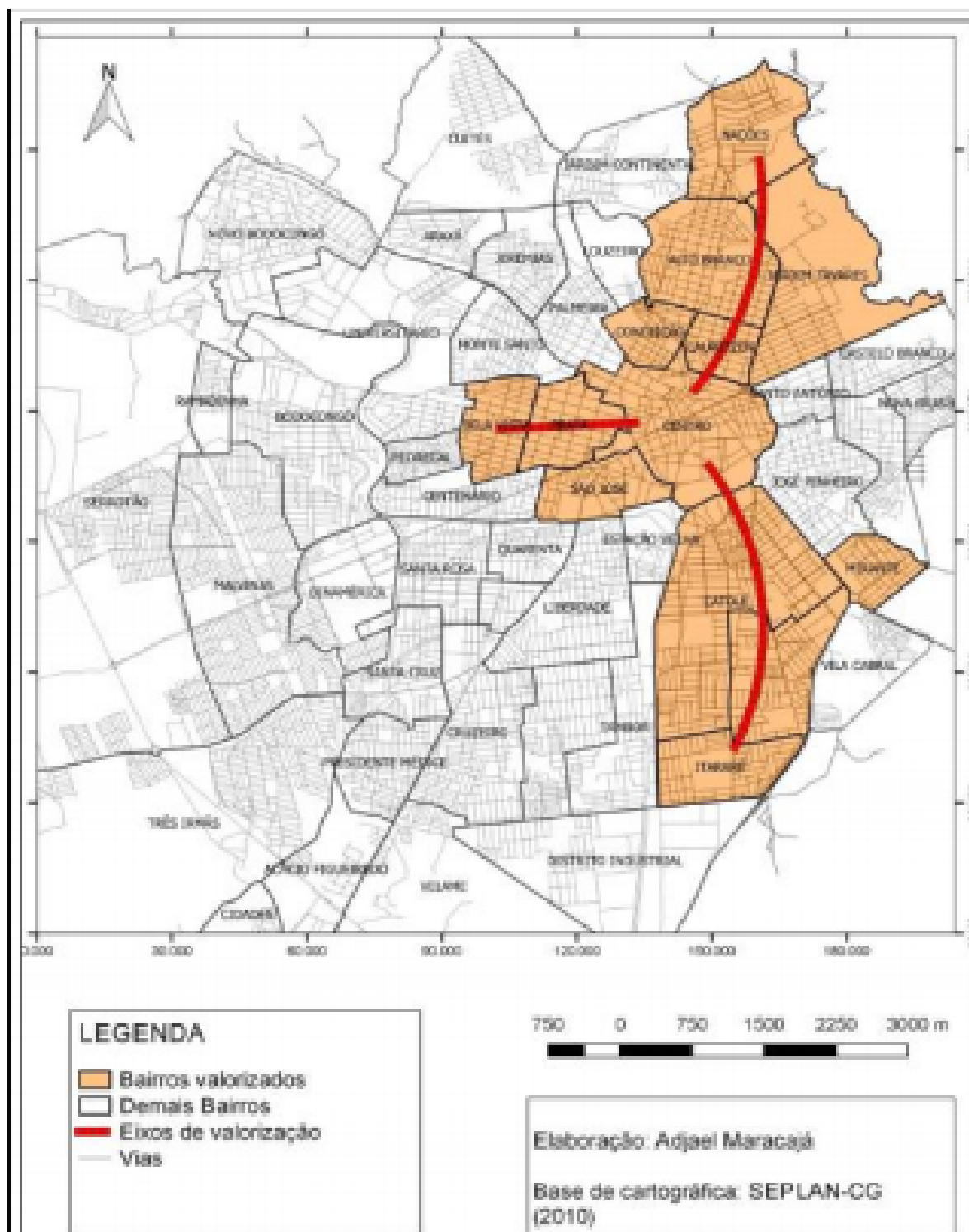


Fonte: Gomes, 2022.

Assim, Araújo (2019, p. 163) afirma que “Empreendimentos como esse contribuem para o processo de valorização dos espaços urbanos nos quais se instalam e para o aumento dos preços dos terrenos do entorno.”. Além do supermercado, acima citado, existem outros empreendimentos, como o Condomínio *Nações Residence Privé* e Condomínio fechado *Atmosfera Eco*, que influenciam na dinâmica deste bairro auxiliando também na especulação imobiliária presente no mesmo. Há valorização imobiliária que vem crescendo ainda mais com o passar dos anos. “A área que abrange o Alto Branco, Jardim Tavares e Nações “[...] começa a receber uma atenção cada vez maior da especulação imobiliária” (MAIA, et al, 2013, p. 139 adup Araújo, 2019, p. 163). O bairro torna-se mais valorizado a partir da instalação desses empreendimentos privados, o que acaba favorecendo a especulação imobiliária fazendo com que os moradores dessa área sofram com as ameaças de expulsão. Neste caso, o setor imobiliário acaba comprando os imóveis dos moradores por um preço abaixo do mercado. Em Campina Grande existem cerca de doze bairros valorizados, a seguir

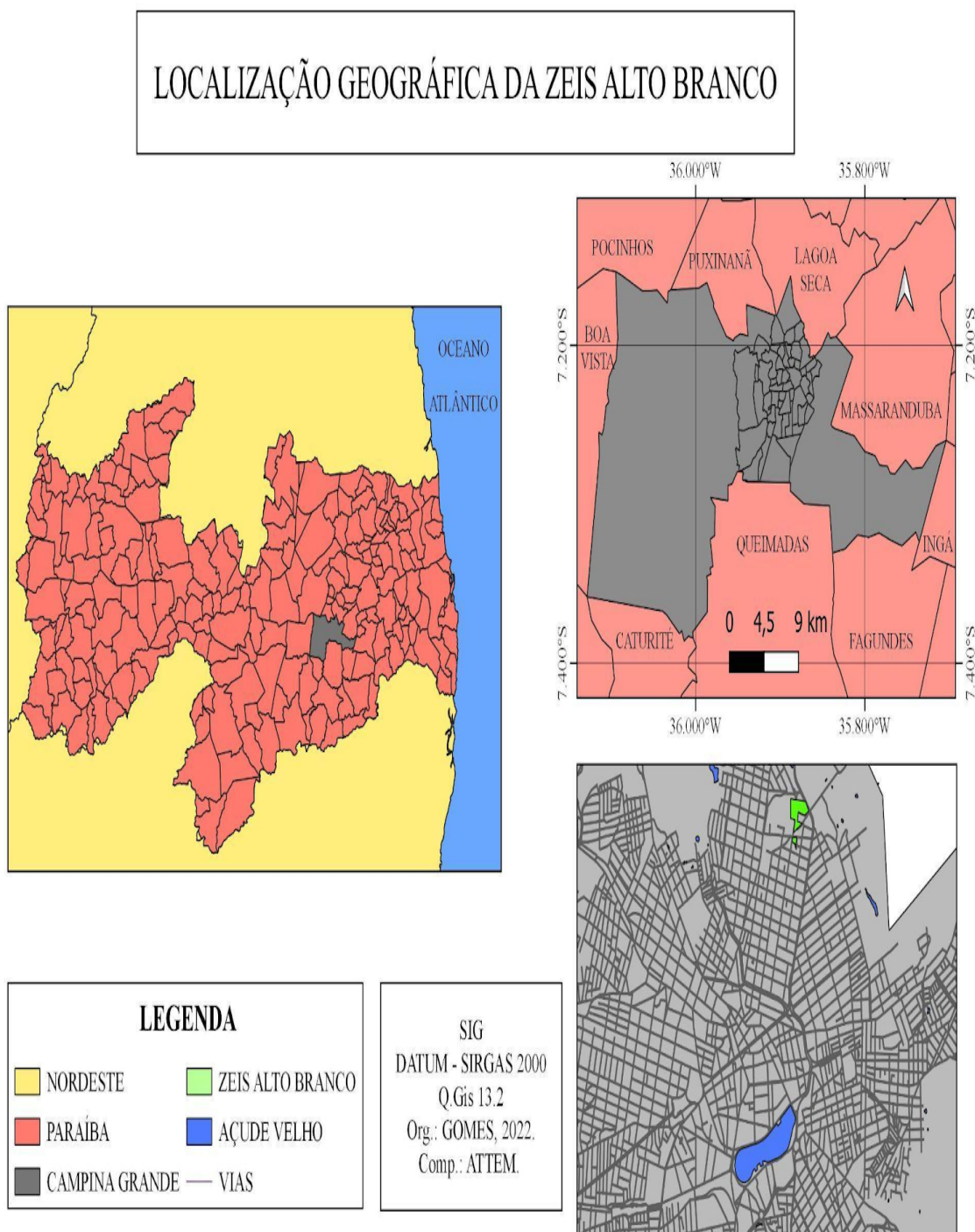
Mapa 1: Bairros mais valorizados em Campina Grande⁷.

⁷ Bairros das Nações, Jardim Tavares, Alto Branco, Conceição, Centro, Mirante, Catolé, Itararé, São José, Prata, Bela Vista e Lauritzen.



Fonte: Lima (2018) apud Araújo (2019)

Mapa 2: Localização Geográfica da ZEIS



O processo de Verticalização é um outro indicador de valorização.

Foto 2: Processo de verticalização



Fonte: Gomes, 2022.

Foto 3: Segregação



Foto:Gomes, 2022.

Foto 4: ZEIS Alto Branco



Fonte: Gomes, 2022

Foto 5: ZEIS Alto Branco



Fonte: Gomes, 2022

As fotos 3 e 4 acima nos mostram os dois lados do Bairro do Alto Branco. A primeira fotografia faz juz ao bairro nobre como o Alto Branco é conhecido. Já a segunda foto, nos mostra a realidade dos pobres urbanos que ali habitam e que são esquecidos ou escondidos por trás do bairro nobre.

No que se refere ao Alto Branco, por exemplo, pode-se verificar que o bairro não é homogêneo, tendo em seu interior grupos sociais diversificados, predominando os grupos de maior renda (ARAÚJO, 2019, p. 133)

O bairro do Alto Branco é considerado um espaço heterogêneo. O mesmo é caracterizado pela diversidade de grupos sociais, desde os pobres até os ricos. De acordo com Villaça, "Em que pese essa presença de uma pequena parcela das camadas mais pobres no espaço dos mais ricos, o fato é que a grande maioria dessa camada ocupa o 'lado de lá' da cidade e as periferias afastadas" (VILLAÇA, 2001, p. 225). Um dos problemas do bairro, é que por se tratar de um bairro "nobre", há um esquecimento por parte do poder público em relação aos pobres presente naquele espaço.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em busca de alcançar o objetivo pretendido pelo presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram realizadas 8 entrevistas com moradores e moradoras da ZEIS Alto Branco. A ocupação do Alto Branco iniciou-se por volta dos anos de 1960. Na localidade, até o início da ocupação, não havia a construção de casa e nem a existência de serviços públicos. Possuíam apenas ruas estreitas e poucas casas, assim marcando o início da ocupação.

Era só mato, mato, mato que ficava aqui chegando aqui por trás da CEASA, rodeando aqui a CEASA, entendeu? Era só mato, algumas casinhas. Aqui e acolá tinha umas casinhas, mas o terreno, a área era todo aberto cheio de mato, nem rua tinha na época. Aí foi na época que a gente invadiu, que já tinha umas ruazinhas estreitas que não passava carro, só passava bicicleta, carro pequeno às vezes passava e não passava por causa das buraqueiras que era grande. (Masculino, 50 anos)

De acordo com o entrevistado, foi a partir da ocupação que as melhorias para a área começaram a serem realizadas tendo como ponto de partida a reivindicação de benefícios para o bairro. Dentre os benefícios alcançados estão a abertura das ruas, a pavimentação das mesmas, coleta de lixo, etc. Mas mesmo com algumas conquistas os moradores enfrentaram diversos problemas naquela época. Os moradores não tinham acesso a água, um dos serviços mais essenciais que existe, em relação a energia existia apenas um poste para que os moradores dividissem entre si, pois os mesmos não possuíam condições e as ruas não tinham postes, não tinham infraestrutura alguma.

Questionamos os entrevistados e entrevistadas sobre se os mesmos tinham conhecimento que a área em que mora é uma área ZEIS. Como explicado anteriormente, a ZEIS é um instrumento de suma importância para que o morador possa realmente ter o direito à cidade de forma digna e assegura os moradores em suas moradias para que não sejam expulsos. A partir das entrevistas realizadas, podemos analisar que os moradores não possuem o conhecimento total que moram em uma área ZEIS.

Não tenho conhecimento *desse Zeis* aí, tô ouvindo falar por conta que você tocou no assunto, acho que muitos não sabia que existia. (Feminino, 32 anos)

As ZEIS em Campina Grande são pouco conhecidas, pois geralmente se fala mais em áreas de risco. Esta situação torna-se grave pois sem este conhecimento os moradores não podem se proteger em relação aos riscos que os mesmos correm, principalmente, ocasionados pelo setor imobiliário. A ZEIS é um instrumento legal que tem como função proteger os moradores das ações do setor imobiliário, pois

quando as políticas públicas chegam nestas áreas, onde os investimentos são realizados pelo dinheiro pago como nossos impostos. O resultado desse processo é a expulsão dos pobres para as áreas mais periféricas da cidade. Além deste problema os moradores destas áreas sofrem com a insegurança da posse de terra, pois nem todos possuem a escritura da casa que habitam.

Então seria bom né? É uma lei importante. Por que assim, aqui na minha casa já teve pessoas que veio de longe e me perguntou se... porque aqui uma parte é invasão, então eles perguntaram qual era a minha... eles perguntaram se caso aqui ia sair, por que por ser invasão, eles perguntaram a Senhora tem certeza que aqui não sai por ser invasão. Aí eu disse "eu não sei lhe explicar isso, mas como Romero (prefeito de Campina Grande) tá aí do seu lado, Romero Rodrigues *tava* aqui, né? Aí ele disse que aqui não sairia não. O que eu quero te dizer também é que a gente não tem, tem uma boa parte das casas daqui que a gente não tem escritura, entendeu? (Feminino, 30 anos)

A participação, além do conhecimento, possibilita a luta coletiva dos moradores, como também o conhecimento dos seus direitos enquanto moradores de uma Zona de Interesse Social. Existem várias maneiras e espaços para que esta participação ocorra, como por exemplo o orçamento participativo, Sociedade Amiga de Bairros (SAB), Fórum ZEIS, entre outros. Mas as comunidades estão enfrentando problemas para que esta participação ocorra por causa do interesse da população sobre estas temáticas e porque as Associações de bairros estão fechando suas portas. Nesses anos de pandemia, as associações que estavam de portas abertas para a comunidade foram obrigadas a trancar suas portas.

Aqui não tem não, a SAB do Alto Branco ela foi desativada, a gente está esperando reabrir. Eu sou sócia de lá, quando começar, né minha filha? (Feminino, 61 anos)

Sim, eu faço parte da Diretoria da SAB do Alto Branco, entendeu? A presidente é Rosinha e eu faço parte da direção, sou delegado de bairro, fiscal, faço parte, entendeu? Faço parte do orçamento participativo também, entendeu? Faz algum tempo que não está tendo reunião por causa dessa Pandemia, mas já vai começar as reuniões para a gente debater os assuntos do bairro, tá bom? (Masculino. 50 anos)

O fechamento das Associações dificulta a participação da comunidade em relação aos problemas enfrentados pelo bairro. É através de uma gestão democrática que a população pode participar de todas as etapas de planos, programas e projetos destinados ao setor urbano. O Plano Diretor é outro meio do qual disponibiliza aos cidadãos o direito da participação, mas não ocorre desta forma. O Plano Diretor está previsto na Constituição de 1988 previsto no art. 182, que visa compreender toda a área urbana e a rural, neste mesmo artigo da Constituição Federal define a obrigatoriedade da implementação do Plano Diretor para as cidades que possuem acima de 20 mil habitantes, e para as cidades que não possuem esse número torna-se opcional. O seu principal objetivo é garantir a função social da cidade e assim garantir o direito à moradia e aos serviços urbanos a que todos os cidadãos têm direito.

5.1 AS MUDANÇAS E PROBLEMAS ENFRENTADOS NA ZEIS ALTO BRANCO

Sobre as transformações na ZEIS do Alto Branco é possível citar alguns a partir das falas dos moradores. A ZEIS Alto Branco é um dos exemplos do processo de mudanças urbanas ocorridas em Campina Grande. Esta ocupação é localizada em um bairro de classe média e muitas vezes não ouvimos falar na existência

desses moradores, é como se este bairro escondesse a realidade. Mesmo com os grandes investimentos, como o Atacadão, vias de acesso e os condomínios privados, que ocorreram no bairro, os moradores da ZEIS continuam resistindo à especulação imobiliária que na maioria das vezes conseguem retirá-los da sua área para que possam construir empreendimentos. Para Araújo (2019, p. 167)

As desigualdades se dão de forma extremamente contundente nesses casos, constatando-se que, não somente as áreas de risco ou bairros pobres da cidade contrastam com tais espaços, mas também seu entorno imediato, configurando diversos “formatos” de desigualdades socioespaciais.

Mesmo sendo um bairro de classe média no seu interior, ainda existem requisitos de pobreza, nos confirmando que o Estado tem atuado no bairro, mais esquecido dos pobres urbanos presente nesta área. Alguns moradores relatam que muita coisa mudou no bairro, já outros afirmam que não houve mudança alguma. E por ser um bairro nobre da cidade eles, moradores da ocupação, acabam passando despercebidos pelo Estado. Atualmente, a ocupação do Alto Branco é diferente quando comparada ao seu início. Em seu início, a ocupação era terrenos vazios e cheios de matos, as ruas não possuíam calçamentos e remetia a uma área rural, pois os moradores que iam chegando na mesma, utilizavam dos terrenos vazios para realizar a plantação de alimentos. As pessoas foram chegando e ocupando os espaços vazios.

E conseguimos aos poucos, fomos reivindicando fomos a luta e hoje, graças a Deus, está um sucesso, uma paz, mas no início foi muito sufoco, o povo passando necessidade, era uns barraquinhos de *taúba*, aí começou a fazer umas casinhas de barro na época, aí as coisas foram melhorando, foi mudando de prefeito e cada prefeito que entrava fazia um benefício no bairro. (Masculino, 50 anos)

Ai assim, o que eu posso relatar pra você é isso por que, em termo de Alto Branco ser nobre tem essa invasão, né? Que muitas das vezes a gente passa despercebido. (Feminino, 30 anos)

Foi através das lutas e reivindicações que os benefícios começaram a chegar à ocupação. Para Moraes e Azevedo (2017, p.4) Na maior parte das cidades, vêm sendo desenvolvidas urbanizações incompletas, como forma de acomodar os conflitos e de regularizar de forma parcial “o lugar dos pobres nas cidades”. Para que o crescimento urbano ocorra da forma que beneficie a todos deve-se haver um planejamento que não seja seletivo e excludente, que não haja problemas físicos ou sociais. Na ZEIS Alto Branco um dos problemas que os moradores mais relataram foi a questão da saúde, educação e a urbanização está incompleta, existem ruas que não são calçadas, como relata uma moradora:

A minha rua aqui que não é calçada e está precisando de um posto de polícia que aqui não tem. (Feminino, 36 anos)

Em relação a saúde a moradora expõe:

Antes era esse aí agora eu acho que deveria ter um posto de saúde com mais assistência e uma praça de fazer exercício igual como as que tem em outros bairros, mas o mais importante é a área da saúde, ter também tipo um clube das mães. (Feminino, 32 anos)

A saúde está dentre os problemas que mais foram relatados nas falas dos moradores. Onde a falta de remédios e a demora para realização de exames são as principais queixas das pessoas. A urbanização incompleta, segundo Santoro (2014, p. 173) “configurou-se como estratégia de se urbanizar progressivamente as áreas

de expansão urbana, mantendo necessidades urbanas que vinham a ser obtidas, paulatinamente, a partir da relação de favores entre grupos de moradores e poder local.” Toda essa questão pode ser vista como uma manutenção do clientelismo urbano.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) abordou a questão urbana na ZEIS Alto Branco em Campina Grande-PB, no qual aborda alguns tópicos relevantes para esta questão, dentre eles, entender o processo de transformações ocorridas na ZEIS Alto Branco.

A partir da década de 1980 o processo de migração foi intensificado assim se caracterizando como um processo que ocasionou vários problemas sociais. Diante dos números de pessoas que migraram para a cidade, houve a ocupação de vários espaços urbanos, entre eles a ocupação da ZEIS Alto Branco, causada pelo processo de migração e por outros motivos. Este bairro é conhecido como um dos bairros nobres da cidade de Campina Grande, onde a maioria dos seus habitantes possuem uma renda média ou alta, mas que o bairro possui também os pobres urbanos.

A moradia é vista como uma mercadoria, o que a torna inacessível para a maior parte da população brasileira. Com isso, a especulação imobiliária finda coagindo os moradores destas áreas, tornando sua permanência mais difícil. O Supermercado Atacadão juntamente com os condomínios privados localizados no bairro contribuíram para a valorização do bairro e conseqüentemente o aumento dos preços dos terrenos do entorno. Assim, concluímos que o bairro possui duas realidades, uma que faz juz ao bairro nobre como o Alto Branco é conhecido, a outra, traz a realidade dos pobres urbanos que habitam aquela localizada que são esquecidos ou escondidos por trás do mesmo. Deste modo, caracterizando-o como heterogêneo.

Assim, o instrumento ZEIS é importante para que o morador possa ter direito à cidade, o protegendo do setor imobiliário, pois este tem interesse nestas áreas a partir do momento que as políticas públicas são realizadas, ocasionando a expulsão dos pobres para as áreas mais distantes do centro. A participação da comunidade em relação aos instrumentos legais vai assegurar os direitos das pessoas. Os moradores das ZEIS Alto Branco não possuem conhecimento que sua área é uma ZEIS e que são detentores do direito de permanecer na área, este conhecimento na maioria das vezes está restrito a algum morador que faz ou já fez parte da coordenação de alguma associação do bairro. Como consequência, a comunidade vem enfrentando problemas para que essa participação aconteça, pois, a SAB e as Associações que antes existiam no bairro estão de portas fechadas, dificultando esta participação.

As transformações ocorridas no bairro tiveram seu início com a construção do Supermercado Atacadão que ocasionou a valorização dos espaços urbanos daquele espaço. A ocupação do Alto Branco é localizada em um bairro nobre, mas que dificilmente ouvimos falar sobre sua existência. Portanto, por possuir um caráter heterogêneo nos confirma que o Estado tem atuado no bairro, mas tem esquecido que naquela área está presente os pobres urbanos e por possuir este caráter os pobres urbanos passam despercebidos pelo Estado.

Na atualidade, esta ocupação é diferente quando comparada ao seu início. Pois quando se iniciou existia terrenos vazios, suas ruas não eram calçadas e que chegava a remeter a uma área rural. Foi através das lutas e das reivindicações dos moradores ao poder público que os benefícios foram sendo construídos no bairro. Mas, ainda existem problemas sociais nesta localidade, os que foram mais citados pelos moradores entrevistados é a questão da saúde, à educação e a urbanização incompleta, pois nem todas as ruas foram calçadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Caline Mendes. **"ÁREAS DE RISCO" É PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS:: uma reflexão sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB)**. 2019. 314 f. Tese Doutorado em Regionalização e Análise Regional - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. .

ARAGÃO, Thêmis Amorim; SORAGGI, Ana Carolina Maria; CORRÊA, Felipe Souza. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Rev. Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1165- 1192, set/dez de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5214>.

AZEVEDO, Viviane Ramos de; AZEVEDO, Demóstenes Andrade de. Apontamentos sobre a inserção urbana dos moradores de Assentamentos Precários e de ZEIS em Campina Grande-PB. *In: Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles, 2017*, Rio Grande do Norte, **Anais**, Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. p, 1-17.

BARBOSA, Sabrynna G. Sales. Inevitável acessar: um estudo do acesso à permanência no solo urbano na ZEIS Califon/Estação Velha, Campina Grande-PB. **Monografia** (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Campina Grande-PB. Campina Grande-PB, p. 183.

Brasil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 de jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAMPINA GRANDE-PB. Lei nº 3.236, 08 de janeiro de 1996. **Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB**. Poder Legislativo, Campina Grande-PB. 08 jan. 1996. Disponível em: <http://191.253.16.180:8080/ConsultaLei/Default.aspx?numero=7591>.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Para além da pedra e cal**: discursos e imagens de Campina Grande (1970 a 2000). Campina Grande-PB: Eduepb, 2017.

COSTA, Leonardo Barbosa da. **Estruturação da cidade de Campina Grande-PB**: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2013.

LEFEBVRE, **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAIA, Doralice Sátyro. *In*: ENANPUR, 15, 2013, Recife-PE. **Anais...Recife-PE: Geosul**, 2014. p. 89-113.

SOUSA, M. E. Território e vulnerabilidade: uma abordagem geográfica dos riscos na Vila dos Teimosos em Campina Grande – PB. Monografia (Departamento de Geografia da UEPB), 2012.

SANTORO, Paulo Freire. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Re. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**. Recife-PE, v. 16, n. 1, p. 169-187, maio/jul. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

APÊNDICE A - ROTEIRO

PERFIL DX ENTREVISTADX

Gênero:	Todos os residentes trabalham?
Faixa Etária:	Quantos se encontram desempregados?
Escolaridade:	De onde provém o sustento da família?
Algum dos residentes estuda? Se sim, onde estuda?	Qual a sua profissão?

MOBILIDADE ESPACIAL

Quais locais que já morou?	Onde fica a Unidade de Saúde que vai quando precisa?
Onde trabalha? Qual o bairro onde você trabalha? (caso esteja empregado)	Como é o acesso ao transporte público?

PARTICIPAÇÃO E O DIREITO À CIDADE

1. Participa de algum grupo ou associação?
2. No Bairro, existem Associação de Moradores ou entidades?
3. Você considera importante a ação destas entidades no Bairros?
4. Você participa de alguma ação destas entidades?
5. Tem conhecimento que essa comunidade é uma área de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)? Saberá me dizer qual a importância das ZEIS na luta pela moradia?

VÍNCULO COM O BAIRRO/RECUPERAÇÃO DA HISTORICIDADE

1. Há quanto tempo mora nesta área?
2. Você conhece a história dessa comunidade? Se possível, conte-me um pouco.

3. Em sua opinião, quais as principais mudanças ocorridas no Bairro?

4. Em sua opinião, quais os principais problemas existentes no Bairro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me iluminado em todo esse caminho. Agradeço ao meu companheiro, Cleiton Marcone, por todo apoio nos momentos mais difíceis, quero também agradecer ao meu Filho, Henry Marcone, que embora não tenha conhecimento de tudo isso, iluminou o meu caminho de forma tão especial. A minha mãe por todo esforço e dedicação na minha criação onde foi pai e mãe. Não tenho palavras para agradecer por tudo que fez por mim. Aos meus avós Joaquina Gomes André (in memória) e João André Gomes (in memória) por tudo que fizeram em vida.

Agradeço em especial à minha Orientadora Maria Jackeline Feitosa Carvalho, ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (GEUR), em especial a Yasmim Aurino por todo companheirismo, no qual tive a participação em grupo unido e comprometido com os estudos urbanos, liderado pela Professora Jackeline.

Aos Professores e Professoras do Curso de Licenciatura em Sociologia por toda dedicação e contribuição, por meio das disciplinas, no meu desenvolvimento.

Agradeço à Banca pela leitura e contribuição a este TCC.

Aos amigos, Débora Rocha, Joelder Leite, Aécio, Anderson Campos e Valdênia Valentim pelo companheirismo e pelos bons momentos vividos durante este curso. Dedico também a minha amiga/comadre Marconeide Araújo por todo apoio.

Agradeço à comunidade da ZEIS Alto Branco pelo acolhimento e disponibilidade para que este trabalho fosse desenvolvido.

Enfim, a todos que contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui. Meus sinceros agradecimentos por toda confiança depositada em mim.